



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos
E-mail: licita@saoborja.rs.gov.br
Fone: (55) 3431-9428

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2022/SMPOP/DCL

O Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Aparício Mariense, nº 2751, inscrita no CNPJ/MF sob nº 88.489.786/0001-01, **neste ato representada pelo Excelentíssimo Vice Prefeito em exercício do cargo de Prefeito, Sr. ROQUE LANGENDOLFF FELTRIN**, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **BRUNA SCARABELOT VIEGAS SCHIFINO DOS SANTOS-LICITOCON CONSULTORIA EM LICITAÇÕES**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.222.831/0001-10 e estabelecida na Av. Presidente Castelo Branco, nº 738, Apt. 31, Bairro: Parque Centro, na cidade de Paraí, Cep: 95360-000, representada neste ato pela advogada Sra. Bruna Scarabelot Viegas Schifino dos Santos, inscrita no CPF nº 017.485.590-79 e RG nº 3084966237, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente contrato mediante as cláusulas e condições abaixo, conforme **Inexigibilidade de Licitação nº 018/2022/SMPOP/DCL** e Lei nº 8.666/93 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos no ramo de licitações e contratos administrativos prestando consultoria e apoio administrativo ao órgão público a respeito da Nova Lei de Licitações- Lei Federal nº 14.133/2021, com ênfase no Título II, Capítulo I- Do Processo Licitatório, para capacitação dos servidores das unidades subordinadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E EXECUÇÃO

O presente contrato terá vigência de 02 (dois) dias, nos dias 20 e 21 de julho de 2022.

Parágrafo Único: O curso será realizado em dois turnos, manhã- horário: 8:00h às 11:30 e tarde- horário: 13h30 às 17h, conforme descrito no Termo de Referência e cronograma do curso, que é parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E PAGAMENTO

O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA em parcela única o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), após a emissão de Ordem de Compra e empenho.

CLÁUSULA QUARTA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão pelas rubricas orçamentarias do exercício de 2022:

3.3.90.39.48.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

5.1. O presente contrato sofrerá a fiscalização da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento ou por pessoa indicada pelo Prefeito, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93. Fica, entretanto, a ressalva que a efetiva ocorrência de fiscalização não exclui nem restringe a responsabilidade da CONTRATADA, na prestação do serviço objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES

Além dos casos comuns, implícitos ou expressos neste contrato, nas especificações e nas leis cabíveis, cabe exclusivamente à CONTRATADA:

- a) Contratar todo seu pessoal, observar e assumir todos os ônus decorrentes de todas as prescrições das leis trabalhistas e da Previdência social, sendo a única responsável por infrações que cometer;
- b) ressarcir os danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seu pessoal ou prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

Será vedado à CONTRATADA transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente contrato, a qualquer momento, independente de interpelação ou procedimento judicial, no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude, na execução dos serviços contratados, por conveniência administrativa ou interesse do serviço público, devidamente justificado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

Os casos de inexecução total ou parcial do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no artigo 87 de Lei 8.666/93, que são as seguintes:

I- Advertência;

II- Multa,

- a) de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, relativo a execução dos serviços em desacordo com o solicitado;
- c) - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

III- Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Borja para dirimir qualquer processo envolvendo o objeto do acordo.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, na presença de 02 testemunhas.

São Borja, 19 de julho de 2022.

ROQUE LANGENDOLFF FELTRIN
VICE PREFEITO NO EXERCÍCIO DO CARGO DE
PREFEITO
CONTRATANTE

BRUNA SCARABELOT VIEGAS SCHIFINO DOS
SANTOS
CONTRATADA

TESTEMUNHA NOME:

CPF:

Assinatura:

NOME: CPF:

Assinatura: